

Além do combate imediato à crise, veja os desafios de longo prazo de Collor.

FÁBIO PAHIM JR

O programa de Fernando Collor de Mello desafia os hábitos brasileiros. Mudar o Brasil, implantando as reformas estruturais pretendidas — da dívida externa, da administração pública, do patrimônio do Estado e da composição da capacidade de tributar da União —, exige não só vencer os problemas agudos do curto prazo como agir a longo prazo. E aí, o Brasil parece mais próximo de Keynes do que de Reis Velloso, o ex-ministro de Geisel que elaborou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Inspirador do **new deal** norte-americano, de Roosevelt, o famoso economista inglês escreveu que "a longo prazo, todos estaremos mortos". Fez escola no Brasil: o mais forte dos ex-ministros da Fazenda e Planejamento, Antônio Delfim Netto, que comandou a economia brasileira nos períodos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, cuidava sempre do dia-a-dia — e em geral, com eficiência. As questões estruturais ficavam para segundo plano.

A meta escolhida por Collor como a mais importante do seu programa, porém, é essencialmente uma meta de longo prazo: vencer a miséria. Em cinco anos, o novo presidente quer elevar de 65 para 69 anos a esperança de vida média dos brasileiros, de 84 para

89% a taxa de alfabetização; de 74 para 80% o percentual dos domicílios ligados à rede de água; reduzir a mortalidade infantil de 56/1.000 para 40/1.000 habitantes; elevar o salário mínimo de US\$ 100 para US\$ 369; dobrar a participação na renda nacional dos 20% mais pobres; elevar a parcela dos salários na renda nacional dos atuais 32% para 50% em 1994 — ou seja, metas para quem pretende um fim de governo glorioso em termos sociais.

Se o curto prazo deverá ser atacado prontamente pelo presidente eleito, muito antes de tomar posse, presumivelmente a 15 de março, as reformas de longo prazo exigem que o Brasil mude de face. Em vez da introversão da economia, uma das mais fechadas do mundo, o País precisará abrir-se para o Exterior. Em vez de cartórios ou monopólios, em geral públicos mas também privados, a competição deverá ser progressivamente implantada. Em vez de controles, proibições, regras estritas para importar de pistaches até Mercedes-Benz, o País terá que trocar as restrições burocráticas pelas tarifárias — ajudando a equilibrar o balanço de pagamento não pela ação inibidora da Cancelex, mas pelo custo elevado do imposto, e,

fazendo do Tesouro sóciomajoritário do consumidor de alto poder aquisitivo.

A política de longo prazo passa por itens essenciais: 1) recuperação do crescimento econômico, após a estagnação dos anos 80; 2) distribuição de renda; 3) restauração do governo propriamente dito (responsável pela oferta de serviços como energia, transportes, comunicações, saúde, educação, habitação); 4) diminuição do braço empresarial do Estado, para que sua vocação social se restabeleça; 5) definição de uma política industrial combinada com a abertura progressiva da economia ao Exterior, para forçar a competição e quebrar os cartórios domésticos, responsáveis por preços muito mais altos do que externamente; 6) ênfase na tecnologia, promovida seja a nível público, seja com investimentos privados — mais voltados para o retorno rápido dos gastos com inovações.

O programa Collor aborda, em linhas gerais, todos esses aspectos. Entretanto, escrito em fase eleitoral, foram evitados os pormenores — certamente para evitar uma bateria de críticas daqueles que, vivendo à sombra do Estado cartorial, não querem perder suas vantagens ou seus mercados reservados — já que competir custa ca-

ro, exige eficiência e pode levar à ruína se faltar competência.

Caminho das pedras

Para chegar à redenção social, não bastam os US\$ 94,02 bilhões que o programa pretende extrair, até 1994, da reforma fiscal (US\$ 45 bilhões), da renegociação da dívida externa (US\$ 11,42 bilhões), da reforma administrativa (US\$ 6,1 bilhões) e da reforma patrimonial (US\$ 18 bilhões do programa da privatização e US\$ 13,5 bilhões de racionalização do uso do ativos em poder do Estado).

O essencial é elevar substancialmente a taxa de investimento (ou seja, permitir que o Brasil volte a investir, anualmente, cerca de 23% do seu Produto Interno Bruto, ao contrário dos 17 a 18% atuais): para que isto seja possível, a União terá que equilibrar suas contas, no mínimo — e o Brasil precisará recuperar sua capacidade de atrair os investimentos externos. Só recuperando a taxa de investimento será possível retomar o crescimento econômico e, nesse momento, o desafio será estabelecer políticas que permitam o aumento tanto dos salários quanto dos benefícios sociais. A garantia de escola e de saúde públicas correspondem, para as classes de menor renda, aos **fringe benefits** oferecidos

pelas empresas aos seus altos executivos, já que ambas equivalem a salário indireto: em vez de gastar com médico e escola, passa a baver renda para alimentação, vestuário, habitação ou lazer.

O pressuposto do aumento da taxa de investimento, porém, é a credibilidade, a queda brutal da inflação e a adoção de políticas duradouras. Com 0,1% de inflação em 1988, o Japão — com a massa de dezenas de bilhões de dólares do Fundo Nakazone — não conseguia entender como o Brasil convivía com uma inflação de 10% ao mês. E agora, com mais de 50% ao mês e 1.700% ao ano? A expectativa de estabilidade também permitirá às empresas privadas mobilizar parte dos US\$ 70 bilhões que são detidos em títulos públicos, convertendo-os em investimentos. A credibilidade seria capaz até de atrair de volta uma fatia dos US\$ 40 bilhões depositados em contas no Exterior — onde recebem juros inferiores à taxa de retorno dos investimentos no Brasil.

O patrimônio líquido das empresas estatais foi calculado por Antônio Marmo Trevisan, ex-titular da Sest, em US\$ 46 bilhões — e trocar parte da dívida superior a US\$ 80 bilhões (de todo o setor estatal brasileiro) por

ações permitiria melhorar a posição do Tesouro. O patrimônio seria convertido em recursos para oferecer um bom serviço público, nos setores sociais e de infra-estrutura.

A estratégia de longo prazo ficaria capenga, porém, sem avançar muito na política industrial — substituindo-se a **proteção** do governo às empresas, isolando o mercado interno da concorrência internacional, pela concentração de esforços na capacitação tecnológica. O programa chega a ser explícito: "Os setores mecânicos, eletro-mecânico e de indústria pesada, que lideraram o crescimento dos anos 70, perderam dinamismo e competitividade. Os setores de tecnologia de ponta (microeletrônica, informática, biotecnologia, química fina, novos materiais e mecânica de precisão) encontram-se em estágio inicial de desenvolvimento e desarticulados da indústria".

O êxito das políticas de longo prazo, portanto, passa por reformas estruturais na economia — e estas dependem de fatores internos, externos e de apoio. Baixa inflação, recuperação da credibilidade, ingresso de capitais externos e aprovação do Congresso para o equilíbrio fiscal da União, inclusive a privatização, são os elementos essenciais.